

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

ALEXANDRE LOHMANN OLIVEIRA

**DEFININDO A NATUREZA DA CRENÇA: REPRESENTACIONISMO  
VS. DISPOSICIONALISMO**

Rio de Janeiro  
2023

ALEXANDRE LOHMANN OLIVEIRA

**DEFININDO A NATUREZA DA CRENÇA: REPRESENTACIONISMO VS.  
DISPOSICIONALISMO**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Gouvea

Rio de Janeiro

2023

ALEXANDRE LOHMANN OLIVEIRA

DEFININDO A NATUREZA DA CRENÇA: REPRESENTACIONISMO VS.  
DISPOSICIONALISMO

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado à Universidade Federal do  
Rio de Janeiro (UFRJ) como requisito para  
a obtenção do título de bacharel em  
Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Azevedo dos  
Santos Gouvea

Aprovado em: 04/01/2024

Nota 10,0



---

Prof. Dr. Rodrigo Azevedo dos Santos Gouvea

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Nota 10,0

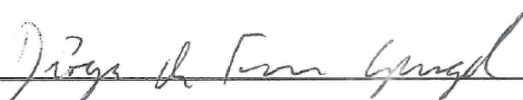


---

Prof. Dr. Paulo Mendes Taddei

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Nota 10,0



---

Prof. Dr. Diogo de França Gurgel

Universidade Federal Fluminense

Àquela que é, Jessica.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiro a ela, sempre ela, Jessica.

À quem me criou e me formou, Elise e Alexandre.

À quem me tornou quem sou, Eliane e Rosicleide.

Aos amigos de percurso que tornaram leve a trilha, Guta, Pablo, Gabs, Mariana, Maria Fernanda, João Victor, Gabriel e Louise.

Aos companheiros do CAFIL.

À minha maior inspiração acadêmica, Rodrigo Gouvea.

Aos que me inspiraram, Carmel, Ulysses e Ethel.

Aos que se dispuseram a sempre ajudar, Manoel, Giovanni e Breno.

Ao que me maltrata, me arrebatou, Flamengo.

À instituição que financiou o meu projeto de pesquisa de Iniciação Científica, FAPERJ.

A todos que esqueci.

*“Algo pode ser o caso ou não ser o caso e  
tudo mais permanecer na mesma”*

*Ludwig Wittgenstein*

## RESUMO

Na filosofia analítica, o termo “crença” tem um grande destaque nas formulações de várias teses e posições. Este trabalho visa apresentar o debate entre as duas principais teorias acerca da definição da natureza crença, isto é, a posição representacionista e a abordagem disposicionalista. No atual estado da arte acerca da natureza das crenças, a concepção ortodoxa é a representacionista, que compreende o estado mental de crença como uma atitude proposicional: S crê que P, no qual “S” é o sujeito, “crer” é a atitude e “P” é o conteúdo semântico. Por essa teoria, a crença é uma relação funcional mantida com um conteúdo semântico (representação). Algumas das relações típicas que caracterizariam esse estado mental seriam armazenar, transformar e, eventualmente, acessar o conteúdo. O disposicionalismo acerca de crenças surge em contraposição a concepção representacionista. Essa abordagem sustenta que possuir uma crença é estar disposto a agir e reagir de maneiras definidas em situações determinadas. A fim de trazer outra perspectiva para o debate entre o representacionismo de crença e o disposicionalismo, analiso as disputas conceituais travadas a partir do debate da filosofia das ciências cognitivas entre o representacionismo e o anti-representacionismo. O movimento de incluir o debate acerca da natureza das crenças nos termos dessa discussão pode nos fornecer novos mecanismos conceituais, mapeando o terreno filosófico da metafísica das crenças, e uma distinção precisa sobre a real disputa entre essas teorias concorrentes.

Palavras-chave: Crença; Cognitivismo; Representacionismo; Disposicionalismo.

## **ABSTRACT**

In analytical philosophy, the term “belief” has great prominence in the formulations of various theses and positions. This work aims to present the debate between the two main theories regarding the definition of the nature of belief, that is, the representationalist position and the dispositionalist approach. In the current state of the art on the nature of beliefs, the orthodox conception is representationalist, which understands the mental state of belief as a propositional attitude: S believes that P, in which “S” is the subject, “believe” is the attitude and “P” is the semantic content. According to this theory, belief is a functional relationship maintained with a semantic content (representation). Some of the typical relationships that would characterize this mental state consist of storing, transforming and, eventually, accessing the content. Dispositionalism about intention appears in opposition to the representationalist conception. This approach holds that possessing a belief is being willing to act and react in defined ways in certain situations. In order to bring another perspective to the debate between belief representationalism and dispositionalism, we analyze the conceptual disputes arising from the debate in the philosophy of cognitive sciences between representationalism and anti-representationalism. The move to include the debate about the nature of ideas in terms of this discussion can provide us with new conceptual mechanisms, mapping the philosophical terrain of the metaphysics of beliefs, and a sharp distinction concerning the real dispute between these competing theories.

Keywords: Belief; Cognitivism; Representationalism; Dispositionalism.



## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>8</b>
<b>1. Capítulo 1: Cognitivismo e a concepção representacionista acerca de crenças.....</b>	<b>10</b>
1.1. O cognitivismo computacional.....	10
1.1.1. Teoria representacional da mente.....	12
1.1.2. Teoria computacional da mente.....	13
1.2. A concepção representacionista de crença.....	14
<b>2. Capítulo 2: Disposicionalismo acerca de crenças e problemas do representacionismo.....</b>	<b>16</b>
2.1. O que é “crer” para o disposicionalismo?.....	16
2.2. Psicologia popular.....	17
2.3. Estereótipo de crença.....	18
2.4. Abordagens profundas vs. superficiais.....	21
2.5. Problemas com o representacionismo.....	22
2.5.1. Crença de meio-termo.....	22
2.5.2. O caso dos planetas.....	24
2.5.3. A crença alienígena.....	26
2.5.4. Um presente dos Deuses às mulheres.....	28
<b>Discussão e Considerações Finais.....</b>	<b>30</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>35</b>

## Introdução

Na filosofia analítica, o termo “crença” tem um grande destaque nas formulações de teses e posições. Seu emprego perpassa por diversas áreas como a ética, a epistemologia, a filosofia da linguagem e, sobretudo, a filosofia da mente. Portanto, a investigação pela natureza da crença, isto é, a pergunta pelo o que constitui em última análise uma *crença*, é fundamental para a produção filosófica utilizar tal termo sabendo dos compromissos que está assumindo em sua teorização. A filosofia da mente tradicional compreende o estado mental de crença como uma atitude proposicional: S crê que P, no qual “S” é o sujeito, “crer” é a atitude e “P” é o conteúdo. Porém, mesmo se aceitarmos irrefletidamente essa caracterização, ela por si só não é informativa o suficiente para esgotar uma definição desse estado mental.

Com essa perspectiva, algumas posições na discussão contemporânea dão um passo além do simples entendimento de crença como uma atitude proposicional. As posições que buscam uma maior precisão para determinar o que constitui esse estado mental são: representacionismo (Fodor, 1975, 1978, 1981, 1990; Mandelbaum, 2016; Quilty-Dunn e Mandelbaum, 2018), disposicionalismo (Braithwaite, 1932–1933; Marcus, 1990; Schwitzgebel, 2001, 2002), funcionalismo (Lewis, 1972; Putnam, 1975; Block, 1978), interpretacionismo (Lewis, 1974; Davidson, 1984; Dennett, 1987, 1991) e eliminativismo (Churchland, 1981; Stich, 1983).

Dessa forma, esta monografia tem como principal objetivo explorar as concepções representacionista e disposicionalista acerca de crenças como posições concorrentes, levantando algumas das principais críticas do disposicionalismo ao representacionismo. Para isso, este trabalho foi dividido em dois capítulos, dos quais abordam o que cada uma dessas posições defende e suas definições sobre a natureza do estado de crença.

O primeiro capítulo, intitulado como “Cognitivism e a concepção representacionista acerca de crenças”, apresenta a abordagem do cognitivism computacional sobre o funcionamento da mente e a definição do representacionismo

de crenças contido nessa abordagem. É explicitado também neste capítulo as teorias representacionais e computacionais da mente. Considero as contribuições de Jerry Fodor (1975, 1978, 1981, 1990), Jake Quilty-Dunn e Eric Mandelbaum (Mandelbaum, 2016; Quilty-Dunn e Mandelbaum, 2018) como representantes do paradigma cognitivista e da definição representacionista de crença.

No segundo capítulo, intitulado como “Disposicionalismo acerca de crenças e problemas do representacionismo”, exponho o disposicionalismo como uma oposição ao representacionismo. Por ser o mais influente representante atual do disposicionalismo, serão consideradas principalmente as contribuições de Eric Schwitzgebel (2001, 2002, 2010, 2013, 2022a, 2022b, 2023). Inicialmente, apresento definições de crença para o disposicionalismo, aprofundando conceitos como a psicologia popular e estereótipos de crença. Em seguida, é feita uma diferenciação do disposicionalismo, uma abordagem superficial, com o representacionismo, uma abordagem profunda, explorando as implicações de cada uma das abordagens. Por fim, são elencados alguns dos principais problemas identificados no representacionismo de crença pela abordagem disposicionalista e como esta se apresenta como alternativa.

Ao final deste trabalho, apresento na discussão e considerações finais um meio de análise da disputa entre as posições que visam definir a natureza da crença a partir do debate da filosofia das ciências cognitivas entre o representacionismo e o anti-representacionismo. Após isso, investigo a qual posição o disposicionalismo recai e traço algumas críticas a essa abordagem.

# 1. Capítulo 1: Cognitivismo e a concepção representacionista acerca de crenças

## 1.1. O cognitivismo computacional

O desenvolvimento tecnocientífico da década de setenta foi um marco para o surgimento das Ciências Cognitivas. Nesse cenário, perdia popularidade o programa behaviorista (ou comportamentalista) que compreendia os mecanismos cognitivos a partir da análise comportamental, isto é, traçando uma relação direta entre estímulo e comportamento manifesto. Uma nova tendência que visava situar os atos cognitivos no processamento cerebral emergia, rejeitando o paradigma “caixa-preta” do programa behaviorista, ou seja, a mente como uma entidade obscura, difícil de ser tratada e estudada para além do comportamento manifesto (Rescorla, 2020).

O avanço de modelos computacionais guiados por regras de operação, como a máquina de Turing (Turing, 1936) e a arquitetura de von Neumann (von Neumann, 1945), exerceram grande influência no modo pelo qual podíamos conceber a mente humana (Rescorla, 2020). Assim, o cognitivismo computacional, como ficou conhecida essa nova abordagem, pretendia investigar as regras e modos de operações internas à mente. Essa concepção entende que é a partir de aparatos sensoriais (o corpo) que recebemos *inputs* ambientais (estímulos sensoriais brutos) e, mediante regras computacionais, decodificamos e operamos tais estímulos, tornando-os representações sobre o mundo que, por fim, geram um *output* comportamental (Marr, 1982; Fodor e Pylyshyn, 1988; Fodor, 1975, 1978, 1981, 1990).

Em resumo, o cognitivismo computacional possui como pilares o representacionismo e o computacionalismo, atuando juntos para uma explicação da mente. O termo “representação” diz respeito aos signos internos armazenados, enquanto “computação” é o modo de operação pelo qual se gera e manipula tais signos, efetuando assim os processos cognitivos (Fodor, 1981).

No que concerne o cognitivismo computacional, as atitudes proposicionais (como crer e desejar) são analisadas em termos de duas características fundamentais, a saber, a eficácia causal e a avaliabilidade semântica (*semantic evaluability*; Fodor, 1987). Em relação à eficácia causal, possuímos três distinções:

- 1) um estado mental causa outro estado mental;
- 2) um estado mental causa comportamento;
- 3) um evento não-mental (evento externo) causa um estado mental.

Por exemplo, S possui o desejo R. (1) Para satisfazer o desejo R, S forma a crença de que P. (2) O desejo R e a relação com a crença de que P geram um *output* comportamental. (3) A percepção de uma configuração do mundo forma a crença de que Q.

Agora, em relação à avaliabilidade semântica, crenças e desejos são atitudes proposicionais que possuem diferentes direções de ajuste. Uma crença é verdadeira ou falsa em razão de certa configuração do mundo. Por outro lado, um desejo não pode ser classificado como verdadeiro ou falso, pois ele não pretende capturar um estado de coisa efetivo no mundo, mas sim que o mundo se adeque ao estado de coisa que figura como conteúdo do desejo. De grosso modo, podemos classificar os desejos como sendo satisfeitos ou frustrados.

Para o programa cognitivista, somente porque esses estados mentais possuem alguma forma de conteúdo semântico, ou seja, são representações simbólicas, é que conseguimos traçar as relações deles com o mundo (Fodor, 1987). Portanto, uma crença é uma atitude proposicional que representa *algo* como sendo o caso. Se ela capta corretamente esse estado de coisa que ela é sobre, então ela é verdadeira, caso contrário, ela é falsa. Já o desejo é sobre *algo* estando em uma certa relação que pode ser satisfeita ou frustrada.

Dessa forma, atribuímos crenças e desejos a fim de não somente nos entendermos no meio, como também aos outros que nos circundam. A posição representacionista anuncia que para fazermos uma teoria bem estabelecida sobre a atribuição de estados mentais intencionais, é imprescindível que consigamos prever e explicar as nossas ações e reações cotidianas. Ainda, ela postula que somente

podemos ter sucesso nesse projeto se considerarmos a eficácia causal e a avaliabilidade semântica dos estados intencionais. Desse modo, o cognitivista defende que o estado mental deve ser investigado à luz das relações causais que engendra, assim como nas formas que interage simbolicamente com o mundo, ou seja, em que o representa.

Uma dificuldade consiste em responder como esses estados mentais intencionais que carregam conteúdo semântico adquirem os seus poderes causais. Ilustrando, como a crença de que *o Flamengo jogará amanhã* pode motivar alguém a pegar o celular para comprar o ingresso do jogo, checar as rotas de acesso ao estádio e, efetivamente, ir ao estádio? O cognitivismo possui duas ferramentas conceituais para explicar esse fenômeno. A primeira é a teoria representacional da mente e a segunda é a teoria computacional da mente.

#### 1.1.1. Teoria representacional da mente

Em relação à teoria representacional da mente (TRM), crenças e desejos, entre outras atitudes proposicionais, são relações funcionais que o estado mental mantém com representações mentais (Crane, 1995). Portanto, se estou em um estado de crença com o conteúdo semântico P, essa é uma relação funcional diferente de estar em um estado de desejo com o mesmo conteúdo P. Atente que o conteúdo semântico é o mesmo. A diferença entre os estados consiste apenas em estar em uma ou outra relação funcional. Um estado mental é definido a partir do papel funcional que executa, ou seja, a partir das relações entre as causas e efeitos típicos do estado, juntamente com as relações que mantém com outros estados mentais.

Assim, crer é distinto de desejar, uma vez que assumem papéis funcionais diversos. Esses estados mentais se aproximam na medida em que assumem relações funcionais diversas com o mesmo conteúdo. Por exemplo, acerca do conteúdo que “chove agora”, é possível se portar com atitudes proposicionais diversas. Uma crença pode ter sido suscitada por uma percepção visual da presença de chuva, portanto, S crê que chove agora. Um desejo pode ter sido formado a partir

de uma elevada sensação térmica, portanto, S deseja que chova agora. Novamente, a diferença entre esses estados está contida nos papéis funcionais que possuem.

O ponto fundamental da TRM é demonstrar uma modularidade da mente ao recombinar os itens constituintes dos estados intencionais, isto é, as representações mentais, de forma sistemática e produtiva. Por exemplo, em relação a dois conteúdos distintos, *João ama Maria* e *João ama Matheus*, há o compartilhamento de duas representações simbólicas iguais. Temos a ocorrência de dois *tokens* do mesmo tipo, ou seja, JOÃO e AMAR (Mandelbaum, 2016; Quilty-Dunn e Mandelbaum, 2018). Essas mesmas representações podem ser recombinadas para formar outros conteúdos, digamos, *Maria ama João*, *João não ama ninguém*, *João ama Maria que ama João*, dentre potencialmente infinitas composições.

#### 1.1.2. Teoria computacional da mente

Como mencionado, outro pilar do cognitivismo está na teoria computacional da mente (TCM). Enquanto a TRM é proposta com o objetivo de introduzir conteúdos semânticos à mente, a TCM é desenvolvida visando explicar como ocorrem os processos cognitivos (Crane, 1995). Em outros termos, a TCM explica como os pensamentos são ordenados em sequência causal. Retomando o exemplo dos estados mentais com o mesmo conteúdo: se S crê que chove agora, logo percebe que terá de acelerar os passos, pois também possui o desejo de não se molhar. Todavia, se S deseja que chova agora, então clamará a São Pedro por chuva, uma vez que crê que São Pedro é o santo responsável pelas chuvas.

A teoria computacional sustenta que a mente opera a partir de um mecanismo nomológico e algorítmico que forma cadeias causais de representações mentais independentemente de seus conteúdos semânticos. O mote da TCM é que a mente nada mais é do que um computador que processa e transforma representações encadeadas por meio de raciocínios, preservando assim as propriedades semânticas das representações contidas e geradas nesse processo computacional (Fodor, 1981). Em outras palavras, o mecanismo computacional da mente é guiado pelas propriedades formais da representação, *i.e.*, pela sua sintaxe,

e não pelo seu conteúdo semântico. Portanto, os cálculos computacionais da mente que formam o encadeamento causal entre representações só ocorrem devido à forma que as representações possuem. Desse modo, o cognitivismo concebe o cérebro como nada mais do que um *hardware* que instancia um programa, a mente. Os estados representacionais estão situados intermediariamente entre o nível físico (a organização biológica, e/ou físico-química do organismo) e o nível dos resultados produzidos (os *outputs* gerados a partir das representações e computações sobre representações).

A concepção cognitivista desafia o programa behaviorista, pois não visa simplesmente correlacionar diretamente causas e efeitos típicos de um estado mental intencional. A defesa é que há um meio de investigação legítima no qual explica fundamentalmente como os estados intencionais adquirem a sua eficácia causal. O objetivo do cognitivismo consiste em naturalizar a forma pela qual o pensamento possa não somente ser um efeito, mas também agir como causa no domínio do mental. As atitudes proposicionais possuem poderes causais, à luz da TRM e da TCM, a partir das relações funcionais que assumem com símbolos que podem ser mecanisticamente transformados em outros símbolos.

## **1.2. A concepção representacionista de crença**

Em síntese, a concepção ortodoxa para a caracterização do estado mental de crença é a representacionista, que se subscreve ao programa do cognitivismo computacional (Mandelbaum, 2016; Quilty-Dunn e Mandelbaum, 2018). Pelo cognitivismo, os estados mentais são concebidos a partir das representações e cálculos sobre representações. Assim, podemos compreendê-los em duas etapas: primeiro analisar os componentes e suas interações e, segundo, mostrar como um fenômeno é gerado a partir dessas interações de componentes.

De acordo com essa perspectiva, a crença nada mais é que uma relação funcional mantida com uma representação. Algumas das relações típicas desse estado mental consiste em ser adquirido, armazenado, transformado e, eventualmente, acessado. É somente por conta dessa relação funcional com um



estado representacional que a crença se torna *sobre algo*, ou seja, almeja capturar uma certa configuração de estados de coisas no mundo. A relação funcional da crença com um símbolo garante a sua avaliabilidade semântica. Podemos classificar a crença como verdadeira caso represente corretamente um estado de coisa efetivo. Se esse não for o caso, então, a crença é falsa.

O cognitivismo computacional argumenta que é através da manipulação e articulação de tais símbolos que o estado mental adquire os seus poderes causais. A crença, portanto, pode causar outro estado mental, causar o comportamento e/ou ser causada por um evento não-mental. Se um sujeito em uma tempestade abre um guarda-chuva, esse comportamento manifestado se dá em decorrência dos conteúdos das crenças e desejos que o sujeito representa. Um estímulo sensorio forma a crença de que está chovendo, essa crença causa o desejo de não se molhar, tal desejo promove o acesso das crenças armazenadas de que o guarda-chuva protege das gotas d'água e de que há um guarda-chuva na bolsa, até que esse encadeamento causal é finalizado quando acontece o comportamento manifesto de abrir efetivamente o guarda-chuva.

## **2. Capítulo 2: Disposicionalismo acerca de crenças e problemas do representacionismo**

### **2.1. O que é “crer” para o disposicionalismo?**

O disposicionalismo acerca de crenças busca uma posição alternativa à concepção representacionista para definir o que é “crer”. Em sua definição mais simples, o disposicionalismo sustenta que possuir uma crença nada mais é do que estar disposto a agir e reagir de maneiras definidas em situações determinadas (Schwitzgebel, 2010, 2013). Além dessa, há outra definição mais específica: crer é incorporar um conjunto de disposições (fenomenais, cognitivas e/ou comportamentais) que tendem a se manifestar a partir de certas condições ativadoras (Schwitzgebel, 2002). Se S crê que P, isso significa que há um conjunto de disposições consideradas pela psicologia popular que definem a crença P e que S incorpora uma quantidade relevante de tais disposições. Essas definições não são excludentes, apenas aludem a aspectos distintos da definição disposicionalista de crença. Unindo as definições apresentadas, ter uma crença é possuir um perfil disposicional para agir e reagir que corresponda em certo grau ao conjunto de disposições estereotípicas de uma crença definidas pela psicologia popular.

Tendo como referência as pressuposições que fazemos uso para compreender a psicologia de um torcedor, podemos esperar certas ações e reações do sujeito que crê que o Flamengo terá uma boa temporada: estar disposto a se sentir ansioso para assistir aos jogos do Flamengo, ponderar em ir ao estádio, assentir ao proferimento “o malvadão voltou!”, dentre outras. Se o sujeito que estamos analisando incorpora uma quantidade relevante dessas disposições especificadas, formando uma certa configuração de perfil disposicional, é permissivo atribuir-lhe a crença de que o Flamengo terá uma boa temporada. Para compreendermos precisamente essas formulações conceituais do disposicionalismo, torna-se necessário antes uma explicitação de suas bases teóricas, a psicologia popular.

## 2.2. Psicologia popular

A espécie humana é reconhecida pelos seus hábitos sociais: formamos sindicatos, concorremos eleições, casamos, guerreamos, construímos arranha-céus, contamos histórias, dentre outros. Estamos imersos em um mundo complexo de relações sociais que se estrutura em diferentes níveis. Em grande medida, somos marcados pela nossa aptidão de não somente compreendermos nossas ações como um agente em um meio, mas também de desejar a interação e compreensão do outro. Assim, buscamos as razões das ações intencionais de nossos familiares, analisando o que os outros sujeitos querem alcançar quando também agem.

Não somente isso, estamos constantemente nos relacionando com os outros, coordenando as nossas ações e reações. Neste cenário, a prática habitual de atribuir estados mentais emerge, de modo que é por meio dela que conseguimos explicar, prever, culpar e elogiar as nossas atitudes cotidianas (Schwitzgebel, 2010). Se alguém grita após uma pancada no dedo, possuímos uma descrição que relaciona esse comportamento a um estado mental, ou seja, ao sentimento de dor. Guiamo-nos a partir das relações que estabelecemos, ampliando e complexificando nossos “manuais” nos quais constam tais descrições.

*Crer* é um desses estados mentais que possui destaque na forma em que entendemos o nosso meio social e como podemos lidar com ele. Quando falamos algo e percebemos um desconforto de uma pessoa por meio de uma expressão facial, é possível formar uma crença própria ou atribuir uma crença ao nosso interlocutor. Por exemplo, se em uma conversa descompromissada sobre futebol um interlocutor reage com uma careta, podemos formar a crença “não se deve falar de quantas vezes o Vasco foi rebaixado com S” ou atribuir a crença “Parece que S acredita que o Vasco é um grande time”. Nesse sentido, para conseguirmos prever e entender os padrões que o mundo dispõe, categorizamos e identificamos as crenças por meio desses “manuais de descrições” construídos na psicologia popular (Schwitzgebel, 2001).

### 2.3. Estereótipo de crença

O disposicionalista não planeja romper com o modo pelo qual a psicologia popular descreve o funcionamento da atribuição de estados mentais. Seu objetivo está centrado em partir da psicologia popular como uma base, um guia confiável, porém não infalível, para uma construção teórica mais precisa da definição do estado mental de crença (Schwitzgebel, 2002, 2010, 2013). Dessa maneira, é imprescindível ao disposicionalista manter o emprego comum do estado mental *crer*, apoiando-se nessas explicações da psicologia popular sobre a atribuição de estados mentais.

Essa motivação faz com que o disposicionalismo classifique e identifique crenças por meio de “conjuntos de disposições estereotípicas” ou “estereótipos de crenças” (Schwitzgebel, 2001, 2013). Ou seja, identificamos certa crença por meio de um conjunto das características que consideramos usualmente (i.e., a psicologia popular a que estamos inseridos) como constituintes dessa crença. Assim, S crê que P na medida em que ele incorpora as disposições típicas de P para agir e reagir nas condições ativadoras dessa crença. Mais precisamente, se S crê que P, então S possui um perfil disposicional que corresponde, em alguma medida, às disposições estereotípicas definidas pela psicologia popular da crença em questão.

Portanto, temos dois conjuntos disposicionais em questão: o primeiro é o estereótipo da crença estabelecido pela psicologia popular, enquanto o segundo diz respeito ao perfil disposicional que o sujeito incorpora com base no estereótipo de crença. O estereótipo de crença, isto é, o conjunto de disposições estereotípicas, é composto por disposições consideradas usualmente pela psicologia popular como características de tal conjunto. Quando atribuímos uma crença a um sujeito, fazemos isso porque esperamos que tal sujeito esteja disposto a manifestar uma série de ações ou reações. Essas disposições que esperamos compõem, normalmente, o estereótipo de crença.

Exemplificando, se S crê que as cores do Flamengo são o vermelho e o preto, e estamos cientes desse fato, então podemos esperar que certas disposições possam ser manifestas em condições relevantes ou ativadoras dessa crença.

Podemos esperar que S manifeste o comportamento verbal de assentimento em relação à crença, que saiba distinguir o vermelho do verde, que consiga apontar para os tons cromáticos do Flamengo, entre outras disposições. Todavia, não esperamos que por S crer, especificamente, que as cores do Flamengo são o vermelho e o preto, esteja disposto a proferir verbalmente que a soma dos ângulos internos de um triângulo é 180 graus. Para a nossa psicologia popular, esta disposição citada não é um constituinte do estereótipo da crença que as cores do Flamengo são o vermelho e o preto. Certamente, esperamos que a disposição para proferir que a soma dos ângulos internos de um triângulo é 180 graus conste no estereótipo de uma crença sobre trigonometria básica.

O conjunto de disposições estereotípicas não é dado, mas sim formado por uma comunidade social com base nos hábitos e práticas que a comunidade adota (Schwitzgebel, 2013). A partir das nossas necessidades, interesses e valores, construímos um rico acervo de estereótipos de crenças que nos ajudam a compreender o nosso meio e sua regularidade. Que “o atual presidente é um democrata”, “mais vale um na mão do que dois voando”, “água é H<sub>2</sub>O”, dentre outras, são algumas das várias crenças ordinárias que possuem um estereótipo bem delineados na psicologia popular da nossa comunidade social. Estabelecemos os estereótipos ao esperarmos a manifestação de certas disposições em condições definidas. Ao atribuímos uma crença, esperamos uma certa regularidade nas disposições que possam ser manifestas pelos sujeitos que entretêm tal crença (Schwitzgebel, 2001, 2013).

Apesar de termos um entendimento mais ou menos acurado acerca de alguns estereótipos de crenças, ainda assim as disposições que compõem um estereótipo de crença mudam entre indivíduos ou comunidades. Portanto, para um grupo, certa disposição pode ser considerada como característica de um estereótipo, ao passo que para outro grupo não seja considerada (Schwitzgebel, 2013). Ilustrando, a depender do time que determinado sujeito torça, haverá uma variação no conjunto de disposições estereotípicas da crença que o Flamengo jogará amanhã no Maracanã. Para o flamenguista, *ponderar sobre onde assistir ao jogo* pode figurar como uma disposição possível do estereótipo da crença. Por outro lado, ainda em relação à mesma crença, o vascaíno pode *inferir que o entorno do estádio Maracanã estará engarrafado* como outra disposição possível.

Outro fenômeno possível está relacionado aos valores que o sujeito mantém e como isso se relaciona ao entendimento de determinado estereótipo (Schwitzgebel, 2013). Dois sujeitos podem crer que trapacear é errado. Porém, ainda assim, podem diferir acerca das disposições estereotípicas que consideram como mais centrais ou relevantes para essa crença. Um deles pode estar disposto a repreender qualquer ação que envolva trapaça, enquanto o outro pode ser mais flexível ao delimitar outras especificações de repressão para tal atitude. Outro caso se relaciona menos a uma diferença de valores e mais a uma diferença circunstancial para considerar determinada disposição como mais ou menos central da crença. Um sujeito pode repreender de maneira enfática a trapaça se foi ele quem sofreu a ação. Talvez ele manifestasse disposições diferentes se outra pessoa tivesse sido trapaceada em circunstâncias semelhantes.

Por fim, certos grupos especializados podem conter maiores especificações disposicionais em seus estereótipos de crença sobre um domínio específico do que outros grupos (Schwitzgebel, 2013). Por exemplo, acerca da crença de que Zico era um ótimo jogador, um comentarista profissional de futebol poderia ter a disposição de proferir os detalhes das cobranças de falta de Zico, enquanto um leigo poderia se restringir a proferir apenas as características mais superficiais do estereótipo de crença. Em resumo, o estereótipo de uma crença pode variar conforme diferentes grupos sociais que engendram práticas e hábitos diversos, configuração ambiental e/ou estados psicológicos.

#### **2.4. Abordagens profundas vs. superficiais**

Acerca do entendimento sobre os fenômenos que atuam para caracterização do estado mental de crença, o disposicionalismo se denomina como uma abordagem superficial, ao passo que o representacionismo propõe ser uma abordagem profunda (Schwitzgebel, 2013, 2023). Mais explicitamente, uma descrição profunda aspira buscar características para além do próprio fenômeno superficial analisado, ou seja, propriedades mais fundamentais que causam, determinam ou explicam um certo fenômeno superficial. Já uma abordagem

superficial identifica o fenômeno analisado em termos de propriedades que ocorrem no mesmo nível explanatório.

Sobre o nosso objeto de estudo, *i.e.*, o que constitui uma crença, uma forma de abordagem profunda pode relacionar a crença a um certo padrão neural, ou até mesmo a um nível de explicação atômica. Apesar do representacionismo poder (e até desejar) chegar em tais níveis de esclarecimento sobre os fenômenos mentais, ele ainda está a um passo anterior, em uma modelagem da arquitetura cognitiva humana. Por essas linhas, crer é armazenar representações com um certo conteúdo P em uma caixa de crenças (ou, algumas caixas de crenças), acessar essa representação em condições relevantes a uma inferência, computar e acoplar P com outras representações de crenças ou desejos e, por fim, gerar determinado estado intencional (Mandelbaum, 2016; Quilty-Dunn e Mandelbaum, 2018).

O disposicionalismo se utiliza de uma abordagem superficial ao partir do entendimento que são as propriedades superficiais que verdadeiramente importam em atribuições de crenças (Schwitzgebel, 2013, 2023). Em outras palavras, o que utilizamos para a atribuição de crenças são os padrões disposicionais que rastreamos nessa superfície. A prioridade não está em identificar os mecanismos causais por trás das crenças, mas sim as analisar em termos das disposições que identificamos no cotidiano manifestadas no comportamento, nas experiências fenomenais ou nas capacidades cognitivas dos agentes. Schwitzgebel (2013, pg. 84) pontua que “as abordagens profundas nem sempre são melhores ou mais científicas”. É possível a realização de pesquisas científicas também a partir de abordagens superficiais (Schwitzgebel, 2013). A motivação não está em rejeitar *a priori* a ambição de abordagens profundas. De certa forma, o disposicionalismo não é incompatível com alguma forma de abordagem profunda que atue no esclarecimento de como funcionaria a disposicionalidade das crenças (Schwitzgebel, 2022a, 2022b). Todavia, o disposicionalismo tem como alvo de crítica a teorização que o representacionismo emprega. Vejamos como se manifestam esses desacordos no tópico seguinte.

## 2.5. Problemas com o representacionismo

### 2.5.1. Crença de meio-termo

A tese de que crer é incorporar uma série de disposições que compõem um estereótipo de uma crença possibilita entender o estado mental de crença escalarmente. Isto é, o perfil disposicional de um sujeito pode, mais ou menos, corresponder às disposições típicas de uma crença. Quanto mais disposições um sujeito manifesta, mais segura se torna a atribuição de crença, assim como quanto menos disposições, menos garantias temos para tal atribuição. Em outras palavras, uma visão escalar permite graus de crer na medida em que o conjunto disposicional estereotípico de uma crença pode ser, de certa forma, correspondido com base nas disposições que um sujeito efetivamente mantém. A sua conceitualização permite lidar melhor com fenômenos usualmente problemáticos à concepção da caixa de crenças (*belief box*).

A vista desses fenômenos, dos quais uma teoria sobre a natureza da crença precisa lidar, Schwitzgebel (2001) postula o conceito de “crenças de meio-termo” (*in-between beliefs*). Essa é uma modalidade específica de crer na qual deveríamos nos abster tanto de atribuir ou negar a crença a um sujeito (Schwitzgebel, 2001, 2002, 2010, 2013). Assim, dado o conjunto C de disposições estereotípicas que compõem uma crença que P, se S sustenta uma quantidade relevante de disposições contidas em C, mas, em simultâneo, deixar de sustentar outras de disposições constituintes de C, então há uma grande possibilidade de estarmos diante de uma crença de meio-termo. Em outras palavras, S manifesta tanto as disposições da crença que P, quanto da crença que não-P. Nesse caso, o que devemos fazer? Quaisquer das alternativas de atribuição da crença ou descrença ao sujeito parece ser insatisfatória.

Considere o seguinte cenário: em certo momento, S faz um proferimento genuíno de assentimento da crença que P e, em outro momento, performa uma atitude que usualmente contraria a crença proferida, *i.e.*, uma atitude alinhada com a crença que não-P. Digamos, João é um estudante de biologia, mais especificamente



um aracnólogo, e defende enfaticamente que não se deve temer as aranhas. Recorrentemente, João informa aos colegas leigos fatos biológicos acerca desses animais. Ele diz que “as aranhas em território brasileiro são inofensivas em sua grande maioria” e que “somente existem 4 espécies no Brasil que apresentam preocupação médica”. Além disso, cita os nomes científicos de cada uma dessas espécies de aranhas e características taxonômicas que facilitam sua identificação. Por outro lado, em um trabalho de campo, uma aranha repousa em seu braço e, ao perceber tal fato, João começa a apresentar uma forma de ansiedade e nervosismo. Outrora, após afirmar que determinada aranha era inofensiva, foi surpreendido com a pergunta de um colega, “então posso colocar essa aranha em meu braço sem correr riscos?”, no momento da pergunta João hesita em responder.

Diante do exposto, qual crença devemos atribuir a João? Vendo a situação por certos aspectos nos sentimos compelidos a dizer que João acredita que não se deve temer as aranhas, ao passo que, analisando por outros, podemos nos sentir confiantes para atribuir a João a crença que se deve temer as aranhas. Para o disposicionalismo, esse caso configura uma crença de meio-termo: João manifesta disposições estereotípicas tanto da crença de que P quanto de que não-P e, por isso, deveríamos nos abster de atribuir ou negar a crença a João. Uma simples atribuição de crença ou descrença não é suficiente, uma vez que capturaria o fenômeno artificialmente. Em outras palavras, qualquer forma de atribuição de crença a S seria forçosa, ao planar uma gradualidade que existe entre um assentimento completo até o total desassentimento. É justamente essa uma das críticas que o disposicionalismo mantém ao representacionismo.

Essa postura ataca diretamente a perspectiva da caixa de crenças do representacionismo. Se, para o representacionismo, entreter uma crença é simplesmente ter uma representação simbólica armazenada, então crer se configura de forma binária: “sim”, há essa determinada representação armazenada na caixa de crenças (S crê que P); “não”, não há essa determinada representação armazenada na caixa de crenças (S crê que não-P). O disposicionalismo contesta a metáfora da caixa de crenças e as consequências de uma interpretação binária (Schwitzgebel, 2001, 2002, 2010, 2013, 2023). Crer, sendo um estado representacional, mina qualquer entendimento escalar. Não há uma “meia-representação”. Uma saída para o representacionista talvez seja admitir a possibilidade de entreter duas

representações contraditórias em diferentes subsistemas (Bendana e Mandelbaum, 2021). Porém, mesmo que isso seja possível, não é evidente como a própria posse de representações por um subsistema está apto a formar uma crença, visto que para o representacionista é necessária alguma forma de integração da representação ao sistema (Schwitzgebel, 2010).

É importante salientar que a abordagem disposicionalista nega a possibilidade de se sustentar crenças contraditórias, isto é, S crer que P e não-P em simultâneo (Schwitzgebel, 2010). A questão é que um perfil disposicional de uma crença, digamos que P, é composto por certas disposições que entram em conflito com o próprio perfil disposicional da crença que não-P. Assim, não é possível que S tenha, ao mesmo tempo, perfis disposicionais de P e não-P.

### 2.5.2. O caso dos planetas

Um dos principais problemas que o representacionismo enfrenta diz respeito a qual determinada representação um sujeito mantém quando crê. Ilustrando, S crê que o número de planetas no sistema solar é 8. Então, S crê que o número de planetas no sistema solar é 9 – 1? Ou 10 – 2? Ou  $2 \times 4$ ? Menor que 127? (Schwitzgebel, 2013). Há de se notar que poderíamos continuar essa lista *ad infinitum*. Se, como propõe o representacionismo, crer é possuir uma representação mental com um conteúdo P, então há um comprometimento do representacionismo com uma representação determinada do número de planetas no sistema solar.

Há duas alternativas para tentar solucionar esse problema. Primeiro, o representacionista pode argumentar que há uma ou pelo menos algumas representações que formam uma crença central e que a partir de tais representações nucleares seria possível formar outras crenças derivadas, ou crenças momentâneas derivadas. Segundo, o representacionista pode argumentar que há apenas uma representação na forma de um mapa (*map-like representation*) que representaria igualmente todas as possibilidades mencionadas.

Schwitzgebel (2013, 2023) traça críticas a ambas alternativas. Em relação à primeira, a dificuldade consiste em determinar precisamente quais crenças são nucleares e quais crenças que derivamos momentaneamente das crenças nucleares. Além disso, outra dificuldade consiste em averiguar se determinada atribuição de crença que realizamos é de uma crença nuclear ou simplesmente derivada da crença nuclear. Já em relação à alternativa de representações semelhantes a mapas, parece a consequência de multiplicar crenças, uma vez que S representaria igualmente todas as possibilidades citadas, ou seja, representaria em simultâneo que o número de planetas é 8, 9 – 1, 10 – 2,  $2 \times 4$ , menor que 127, dentre outras infinitas possibilidades. Parece implausível que S creia simultaneamente em todas as possibilidades mencionadas acerca da quantidade de planetas.

A resposta a esse problema, por uma saída disposicionalista, consiste no fato de que as mesmas disposições podem se sobrepor em relação a diferentes crenças, ou até mesmo diferentes estados mentais (Schwitzgebel, 2013, 2022a). Duas crenças distintas podem compartilhar uma quantidade relevante das mesmas disposições estereotípicas, sendo diferenciadas apenas com relação a quais disposições são mais ou menos centrais para um estereótipo de crença. Retomando o caso sobre a quantidade de planetas no sistema solar, é plausível que a crença que define o número como 8 e a crença que define como 9 – 1 compartilhem extensamente o mesmo perfil disposicional.

Como exemplo, considere dois sujeitos diferentes, S1 e S2. S1 crê que o número de planetas é 8, enquanto S2 crê que o número de planetas é 9 – 1. Presumivelmente, ambos responderiam aos mesmos gatilhos ambientais para a manifestação das disposições de ação e reação. Por exemplo, em uma questão de prova em que é necessário assinalar “verdadeiro” ou “falso”, em condições normais, os dois marcariam como falsa a informação de que o número de planetas no sistema solar é 7. As disposições para proferir que o número de planetas no sistema solar é 8 ou 9 – 1 figuram possivelmente em ambos estereótipos das crenças apresentadas. Apesar disso, S1 pode estar mais inclinado a proferir que o número de planetas é 8, ao passo que S2 está mais disposto a proferir que tal número é 9 – 1. Novamente, a diferença entre as crenças consiste principalmente no fato que algumas disposições são mais centrais para uma crença do que para outra.

Schwitzgebel (2013, 2022a) também considera a possibilidade de que as disposições possam ser transversais a outros estados mentais. Resumidamente, o autor estende esse entendimento disposicional para todas as atitudes, ou seja, atitudes proposicionais, reativas (tal como prometer, amar, perdoar, ou ficar com raiva de), entre outras formas de atitudes direcionadas a pessoas, objetos ou eventos. Por exemplo, *preocupar-se* com a justiça, *valorizar* a justiça, *desejar* a justiça e *crer* que a justiça é boa, são várias atitudes que podem compartilhar certas disposições características. Sentir-se furioso ao ver um ato de injustiça talvez seja uma disposição estereotípica tanto da atitude de *crer que a justiça é boa*, quanto da atitude de *valorizar a justiça*.

### 2.5.3. A crença alienígena

Outro argumento contra as abordagens profundas é expresso no experimento de pensamento sobre a crença alienígena (Schwitzgebel, 2013, 2023). Suponha que um grupo de alienígenas chegou à Terra. Eles rapidamente aprenderam a nossa língua e nos ensinaram a deles. Eles nos contaram diversas histórias sobre suas vidas. Comportam-se e apresentam uma fenomenologia similar à nossa: se falamos “Bom dia!,” eles retornam com “Bom dia!”; se percebem que tentamos enganá-los, sentem-se furiosos. Assim, conseguimos atribuir-lhes crenças, mesmo que não saibamos nada sobre a arquitetura interna que eles possuem. Ou melhor, sabemos apenas que, seja lá qual for a estrutura profunda dos alienígenas, ela possibilita padrões comportamentais, cognitivos e fenomenais.

Há duas possibilidades para o representacionista diante desse cenário: ou admitir que os alienígenas possuem crenças, ou admitir somente a possibilidade deles terem crenças se possuírem uma arquitetura cognitiva profunda nos moldes que o representacionismo descreve. Seguir a primeira opção seria afirmar que não precisamos necessariamente saber nada acerca de uma estrutura profunda para determinar o que é crer. Se o representacionismo aspira ser uma abordagem profunda, então há um problema em admitir que basta apenas a identificação de um perfil disposicional para a atribuição de crenças.

Uma estratégia possível para o representacionismo é assumir que se os alienígenas apresentam todos esses padrões comportamentais, cognitivos e fenomenais, então necessariamente eles possuiriam representações. Porém, essa é uma saída ainda insatisfatória para essa abordagem. Considerando que o representacionismo seja realmente uma teoria que planeja explicar os fenômenos mentais consoante as ciências, então determinar a estrutura interna de alienígenas a partir da poltrona filosófica parece ir contra essa ambição.

A segunda opção é mais exigente, pois, mesmo os alienígenas apresentando todos os padrões comportamentais, cognitivos ou fenomenais, o representacionista se mantém cético em relação à atribuição ou não de crenças até que se investigue a arquitetura interna do alienígena. Ou seja, se o alienígena possui representações mentais, então é lícito atribuir-lhe crenças. Todavia, se esse não for o caso, os alienígenas possuem apenas um estado mental semelhante ao de crer (*belief-like*). Porém, isso gera novamente uma consequência desagradável ao representacionista. Em outras palavras, teríamos um estado interno alienígena no qual os modos de atribuição desse estado funcionariam exatamente como os modos de atribuição de crença em humanos, mas ainda assim alienígenas não possuiriam crenças.

Poderíamos até mesmo introduzir outro vocabulário para nos referir a esse estado interno alienígena, digamos “crenças-A”. O emprego de crenças-A funciona quase que sinonimicamente ao de crenças (como bem entendemos), exceto pelo fato de que crenças-A só poderiam ser atribuídas a alienígenas. Em resumo, o representacionista eleva os níveis de exigência para a atribuição de crenças e o resultado é a criação de novas terminologias que não capturam a forma pela qual utilizamos o termo “crença” no cotidiano.

#### 2.5.4. Um presente dos Deuses às mulheres

Por fim, Schwitzgebel (2013) compara o estado de crer (entre outras atitudes) com possuir um certo traço de personalidade. Exemplificando, há um certo perfil disposicional delineado pela psicologia popular para a personalidade que

costumamos chamar de “narcisista”. Quando S mantém uma quantidade relevante das disposições estereotípicas que definem tal perfil, torna-se mais segura a aplicação desse traço de personalidade a S. O ponto central da argumentação é que o representacionismo falha em captar certas crenças que estão no limiar entre ser propriamente uma crença e ser um traço de personalidade.

Dessa forma, o caso do homem que *acredita* ser um presente dos Deuses às mulheres é apresentado a fim de introduzir mais uma dificuldade à abordagem representacionista. De acordo com Schwitzgebel (2013), esse homem pode não estar disposto a proferir “sou um presente dos Deuses às mulheres”. Apesar disso, pode superestimar suas capacidades sedutoras, comportar-se desconsiderando as opiniões que desafiem a sua autoestima, sentir-se exageradamente seguro para falar com qualquer mulher, dentre outras disposições. Schwitzgebel chama atenção para o fato de que a linguagem aplicada possa parecer fantasiosa ou até mesmo imprecisa. Talvez o próprio homem não acredite em Deus ou em Deuses, então, como é possível atribuir-lhe tal crença?

A questão é que a crença atribuída por meio desse vocabulário consiga capturar mais precisamente um perfil disposicional que esse homem incorpora em relação a outras expressões. Há um entendimento bem definido nos pressupostos da psicologia popular do que significa “ser um presente dos Deuses”. Assim, conseguimos atribuir corretamente essa crença, aludindo às diversas disposições que esperamos que sejam manifestas pela descrição empregada. Isso funcionaria de maneira muito similar a como atribuímos termos como “caridoso”, “avarento”, “egoísta”, dentre outros.

O problema que o representacionista enfrenta é que se crenças são representações, muito provavelmente seria falsa a atribuição de que ele acredita ser um presente dos Deuses às mulheres. Precisaríamos encontrar uma representação mental na caixa de crenças desse homem que tivesse como conteúdo algo como “sou um presente dos Deuses às mulheres”. Parece implausível que encontremos tal conteúdo. Ainda assim, quando atribuímos essa expressão, estamos chamando atenção para um perfil disposicional que o homem manifesta no comportamento, na experiência interna, ou pelos atos cognitivos, independente de haver qualquer

conteúdo proposicional explicitamente definido em sua mente sobre ele ser esse presente dos Deuses.

## **Discussão e Considerações Finais**

No atual estado da arte acerca da metafísica das crenças, a concepção ortodoxa é a representacionista, que compreende o estado mental de crença como uma atitude proposicional: S crê que P, no qual “S” é o sujeito, “crer” é a atitude e “P” é o conteúdo semântico. Dessa forma, a crença é uma relação funcional mantida com um conteúdo semântico (representação). Algumas das relações típicas desse estado mental consistem em armazenar, transformar e, eventualmente, acessar esse conteúdo (Mandelbaum, 2016; Quilty-Dunn e Mandelbaum, 2018). O disposicionalismo acerca de crenças surge em contraposição a concepção representacionista. Essa abordagem sustenta que possuir uma crença é estar disposto a agir e reagir de maneiras definidas em situações determinadas (Schwitzgebel, 2010, 2013).

A fim de trazer outra perspectiva para o debate entre o representacionismo de crença e o disposicionalismo, vale analisar se as disputas conceituais travadas entre essas posições podem ser situadas no debate da filosofia das ciências cognitivas entre o representacionismo e o anti-representacionismo. Esse movimento parece se justificar, pois, o representacionismo acerca de crenças se enquadra em um panorama teórico amplo que perpassa por algumas dessas discussões da filosofia das ciências cognitivas.

O objetivo, portanto, consiste em relacionar as críticas que as posições anti-representacionistas endereçam a teoria representacionista da mente pelo olhar da disputa entre disposicionalismo e representacionismo acerca de crenças. Desse modo, incluir o debate acerca da natureza das crenças nos termos dessa discussão pode nos fornecer novos mecanismos conceituais para mapear o terreno filosófico da metafísica das crenças e uma distinção precisa sobre a real disputa entre essas teorias concorrentes.

Tendo isso em vista, na filosofia das ciências cognitivas, a posição representacionista defende que, para a realização ou explicação de performances cognitivas, torna-se necessário postular a existência de representações mentais. Assim, as representações mentais existem e são condições de possibilidade para realização dos processos cognitivos. No que concerne à posição



anti-representacionista, há duas divisões importantes a serem feitas (Steiner, 2014). A primeira, o anti-representacionismo ontológico, nega efetivamente a existência de representações mentais. Portanto, não há nada na mente que seja uma representação. Por outro lado, o anti-representacionismo epistemológico não planeja elaborar uma crítica absoluta na disputa sobre a existência de representações mentais.

Em relação à última, a versão epistemológica, é resumida da seguinte forma: apesar de podermos postular representações mentais, não é necessário proceder de tal modo, uma vez que há concorrentes explanatórios melhores ao representacionismo. Essa posição defende que podemos empregar esses concorrentes ao representacionismo caso a caso até que se conclua uma potencial irrelevância das representações mentais. Vale ressaltar que todas as distinções feitas podem ser usualmente referidas a um nível de análise global ou local (Steiner, 2014). O representacionismo e o anti-representacionismo ontológico são posições globais, uma vez que possuem como perspectiva de endosso ou crítica às representações mentais, independentemente da análise de estados mentais específicos ou casos específicos.

Retornando ao objeto de estudo deste trabalho, por mais que o representacionismo de crença e disposicionalismo, a princípio, delimitem um escopo de análise somente ao estado de crença (*i.e.*, uma posição local), ainda assim é possível extrair algumas conclusões globais de tais teorias. Sob a ótica local, temos 3 possibilidades investigativas no que concerne às crenças:

- 1) As representações mentais são elementos necessários ao estado mental de crença;
- 2) As representações mentais nunca estão envolvidas no estado mental de crença;
- 3) As representações mentais não são elementos necessários ao estado mental de crença.

A distinção 1), a princípio<sup>1</sup>, apenas falseia o anti-representacionismo ontológico. As distinções 2) e 3) falseiam o representacionismo ao nível global, porém, não é possível determinar se estão alinhadas a um anti-representacionismo ontológico. 2) e 3) se diferem no que concerne a força argumentativa de crítica ao representacionismo de crença.

Se, por um lado, temos o representacionismo de crenças que se utiliza do arcabouço teórico do cognitivismo, por outro, a posição disposicionalista visa não operar, a princípio, por meio dessas ferramentas conceituais do cognitivismo. Então, é possível determinar conclusivamente que a verdade do disposicionalismo implica na falsidade do representacionismo? Não necessariamente. No máximo, a refutação de uma forma específica de representacionismo. O disposicionalismo se porta como uma abordagem superficial e assim se mantém neutro em relação a qual estrutura profunda que realiza a disposicionalidade do estado mental de crença. Ele tem como objetivo fornecer uma compreensão de como funciona mais especificamente a atribuição de crença.

O próprio disposicionalismo não se proclama alinhado a alguma forma de anti-representacionismo nem de representacionismo. De qualquer modo, ainda é possível vislumbrarmos algumas aproximações. Em um primeiro momento, o disposicionalismo parece adotar uma postura anti-representacionista epistemológica (como a posição 3 mencionada acima) ao mostrar uma possível forma de entendermos o estado mental de crenças sem a necessidade de postularmos uma explicação que postule representações mentais (Schwitzgebel, 2013).

Porém, talvez essa aproximação seja apenas aparente. Em outros termos, essa aparência ocorre mais por conta de algumas bases teóricas do disposicionalismo do que efetivamente a uma posição que enderece críticas sistemáticas às representações mentais em si. Schwitzgebel (2013, 2023) traça uma distinção muito nítida e demarcada entre os fenômenos superficiais e profundos. Para o disposicionalismo o que realmente parece importar é aquilo que está nessa

---

<sup>1</sup>Neste trabalho, tenho como referência uma posição representacionista de crença que é dependente do quadro teórico do cognitivismo computacional. Este se utiliza tanto da TRM quanto da TCM para formular uma teoria geral sobre o funcionamento dos estados intencionais e do processamento mental. Com base nisso, talvez seja possível concluir que se a verdade do representacionismo de crença é dependente da verdade da TRM e da TCM, então, a verdade da posição 1) implica na verdade do representacionismo para além do estado mental de crença.

superfície de investigação. Os fenômenos dessa superfície poder ser realizados por qualquer estrutura profunda que preserve os papéis funcionais da estrutura disposicional. Há uma tese funcionalista de plano de fundo assumida pelo disposicionalismo na medida em que os papéis funcionais desempenhados pelas estruturas disposicionais ganham centralidade para determinação do estado mental de crença. Esse aspecto fica evidente no experimento de pensamento da crença alienígena, no qual Schwitzgebel (2013) explicitamente defende que os papéis funcionais da estrutura disposicional determinam o estado de crença independentemente de algum realizador específico de tais papéis funcionais.

Em resumo, há uma separação explícita entre os fenômenos superficiais e profundos. Para o disposicionalista, fica em segundo plano a determinação de qual é a estrutura última da crença. Embora o representacionismo também assuma uma tese funcionalista para determinação do estado mental de crenças, a eficácia causal do estado mental não ocorre a despeito da estrutura profunda. É a arquitetura cognitiva que possibilita um estado mental causar outro estado mental, um estado mental causar o comportamento e, por fim, um evento externo causar um estado mental.

Se o representacionismo não é a estrutura profunda do disposicionalismo e, portanto, não age como garantidor da eficácia causal dos estados mentais, então se torna misterioso como o disposicionalismo pode explicar como ocorre a causação no domínio mental. A partir dessa perspectiva, uma tendência dos últimos trabalhos de Schwitzgebel (2022a, 2022b, 2023) parece delinear um maior otimismo na reconciliação entre essas teorias antes concorrentes. O argumento é que talvez seja possível compatibilizar uma estrutura disposicional a partir de uma arquitetura representacional atuante de fundo. Porém, essa reconciliação somente seria possível a partir de certas modificações da teoria representacionista e a resolução de um certo entrave metafísico. Schwitzgebel (2022b) chama a atenção para o seguinte fato:

Ainda haveria uma diferença metafísica: no disposicionalismo, você acredita que a cerveja está na geladeira em virtude de sua estrutura disposicional, não em virtude da arquitetura cognitiva que sustenta essa estrutura. No representacionismo, o inverso seria verdadeiro. Mas talvez essa disputa seja menor se estivermos preocupados principalmente em casos humanos

ordinários do mundo real, nos quais as estruturas disposicionais e representacionais co-ocorrem (tradução própria<sup>2</sup>).

Portanto, o nível de análise do disposicionalismo escapa no que diz respeito a determinar quais elementos atuam para a constituição última da crença. Assim, não fica evidente como a estrutura disposicional de fato pode ocorrer sem a explicitação de uma estrutura anterior que seja condição de possibilidade para as propriedades disposicionais do estado mental. Em suma, em um primeiro momento o disposicionalismo parece estar alinhado a uma forma de anti-representacionismo, porém em uma análise mais minuciosa, o disposicionalista parece precisar recorrer a algumas das ferramentas conceituais do próprio representacionismo.

---

<sup>2</sup> Texto original: There would still be a metaphysical difference: On dispositionalism, you're a beer-in-the-fridge believer in virtue of your dispositional structure, not in virtue of the cognitive architecture that underwrites that structure. On representationalism, the reverse would be true. But maybe this dispute is minor if we're primarily concerned with ordinary, real-world human cases where the dispositional and representational structures co-occur (Schwitzgebel, 2022b).

## Referências Bibliográficas

BENDANA, Joseph; MANDELBAUM, Eric. The Fragmentation of Belief. In: BORGONI, Cristina; KINDERMANN, Dirk; ONOFRI, Andrea (eds.). **The Fragmented Mind**. Oxford, UK, 2021.

BLOCK, Ned. Troubles with functionalism. **Minnesota Studies in the Philosophy of Science**, 9:261-325, 1978.

BRAITHWAITE, Richard Bevan. The nature of believing. **Proceedings of the Aristotelian Society**, 33: 129–146, 1932–1933.

CHURCHLAND, Paul M. Eliminative materialism and the propositional attitudes. **Journal of Philosophy**, 78: 67–90, 1981.

CRANE, Tim. **The Mechanical Mind: A Philosophical Introduction to Minds, Machines and Mental Representation**. New York: Routledge, 1995.

DAVIDSON, Donald. **Inquiries Into Truth And Interpretation**. Oxford, GB: Oxford University Press, 1984.

DENNETT, Daniel C. Real patterns. **Journal of Philosophy**, 87: 27–51, 1991.

DENNETT, Daniel C. **The intentional stance**. Cambridge, MA: MIT Press, 1987.

FODOR, J. A. **Psychosemantics: The Problem of Meaning in the Philosophy of Mind**. Cambridge, MA: MIT Press Bradford Books, 1987.

FODOR, Jerry A.; PYLYSHYN, Zenon W. Connectionism and cognitive architecture: A critical analysis. **Cognition**, 28(1-2), 3–71, 1988.

FODOR, Jerry A. **A theory of content**. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.

FODOR, Jerry A. Propositional attitudes. **The Monist**, 61 (October):501-23, 1978.

FODOR, Jerry A. **Representations**. Cambridge, MA: MIT Press, 1981.

FODOR, Jerry A. **The Language of Thought**. Harvard University Press, 1975.

LEWIS, David. Psychophysical and theoretical identifications. **Australasian Journal of Philosophy**, 50: 249–258, 1972.

LEWIS, David. Radical interpretation. **Synthese**, 23: 331–344, 1974.

MANDELBAUM, Eric. Attitude, inference, association: On the propositional structure of implicit bias. **Noûs**, 50: 629–658, 2016.

MARCUS, Ruth B. Some revisionary proposals about belief and believing. **Philosophy and Phenomenological Research**, 50: 132–153, 1990.

MARR, David. **Vision**: A computational investigation into the human representation and processing of visual information. San Francisco, CA: W.H. Freeman, 1982.

PUTNAM, Hilary. **Mind, language, and reality**. London: Cambridge University Press, 1975.

QUILTY-DUNN, Jake; MANDELBAUM, Eric. Against dispositionalism: Belief in cognitive science. **Philosophical Studies**, 175: 2353–2372, 2018.

RESCORLA, Michael. The Computational Theory of Mind. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Fall 2020 Edition, Edward N. Zalta (ed.), 2020.

Disponível em:  
<<https://plato.stanford.edu/archives/fall2020/entries/computational-mind/>>.

SCHWITZGEBEL, Eric. Acting Contrary to Our Professed Beliefs, or The Gulf Between Occurrent Judgment and Dispositional Belief. **Pacific Philosophical Quarterly**. 91. 531 - 553, 2010.

SCHWITZGEBEL, Eric. A Dispositional Approach to Attitudes: Thinking Outside of the Belief Box. In: Nottelmann, N. (eds) **New Essays on Belief**. Palgrave Macmillan, London, 2013. doi: 10.1057/9781137026521\_5

SCHWITZGEBEL, Eric. A Phenomenal, Dispositional Account of Belief. **Noûs**, 36 (2):249-275, 2002.

SCHWITZGEBEL, Eric. **Dispositionalism, Yay! Representationalism, Boo!**  
Faculty, 2023. Disponível em

<<http://www.faculty.ucr.edu/~eschwitz/SchwitzPapers/DispsYayRepsBoo-230727.htm>>  
>

SCHWITZGEBEL, Eric. **Dispositionalism vs. Representationalism: what's the core disagreement?** The Splintered Mind, 2022b. Disponível em <<http://schwitzsplinters.blogspot.com/2022/06/dispositionalism-vs-representationalism.html>>

SCHWITZGEBEL, Eric. In-Between Believing. **The Philosophical Quarterly (1950-)**, 51(202), 76–82, 2001.

SCHWITZGEBEL, Eric. **The Overlapping Dispositional Profiles of Different Types of Belief.** The Splintered Mind, 2022a. Disponível em <<http://schwitzsplinters.blogspot.com/2022/09/the-overlapping-dispositional-profiles.html>>

STEINER, Pierre. Enacting anti-representationalism. The scope and the limits of enactive critiques of representationalism. **Avant: Trends in Interdisciplinary Studies** (2):43-86, 2014.

STICH, S. P. **From folk psychology to cognitive science.** Cambridge, MA: MIT Press, 1983.

TURING, Alan. On Computable Numbers, with an Application to the Entscheidungsproblem. **Proceedings of the London Mathematical Society**, 42 (1):230-265, 1936.

VON NEUMANN, J. **First Draft of a Report on the EDVAC.** Moore School of Electrical Engineering, University of Pennsylvania. Philadelphia, PA, 1945.